

2015

# Relatório de Gestão

**ITERPA**

INSTITUTO DE  
TERRAS DO PARÁ



Março/2016



**INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ**

**RELATÓRIO DE GESTÃO 2015**

**Belém (PA), Março de 2016.**



**SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE**

**Governador do Estado**

**JOSÉ DA CRUZ MARINHO**

**Vice-Governador**

**HILDEGARDO DE FIGUEIREDO NUNES**

**Secretário de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca**



**DANIEL NUNES LOPES**

**Presidente**

**CELSO TRIERWEILER**

**Assessor Chefe**

**JOSE CEZARIO ARIAS DE SOUZA**

**Chefe de Gabinete**

**TATILA PASSOS BRITO**

**Diretor Jurídico**

**SANDRA ROSEMARY PEREIRA DE SOUZA NERY**

**Diretor de Administração e Finanças**

**WILLIAMS E SILVA FERNANDES**

**Diretor de Gestão de Desenvolvimento Agrário e Fundiário**

## APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão objetiva fornecer informações sobre as ações executadas pelo ITERPA no Exercício de 2015. Cabe ressaltar que o Plano de Trabalho/2015 priorizou ações e atividades articuladas com os objetivos estratégicos de Governo e com a Agenda Mínima integrantes dos programas preconizados no Plano Plurianual do Estado de 2012 a 2015: Gestão Ambiental e Territorial, Municípios Verdes, e Redução da Pobreza e Gestão dos Recursos Naturais do Estado do Pará – PARÁ RURAL.

Com o foco no avanço do processo de regularização fundiária, o Iterpa elegeu, em 2015, três pilares para sua atuação: modernização dos serviços, nova sede e terceirização do trabalho de georreferenciamento. Nesse sentido, o órgão deu importantes passos, consolidando algumas conquistas. Logo no início do ano, foi assinado um Termo de Cooperação Técnica com o Instituto do Homem e Meio ambiente da Amazônia (Imazon) para a construção do software do Cadastro Rural Fundiário (Carf), moderno e pioneiro sistema de base digital que dará condições de reduzir o tempo de trâmite dos processos, facilitando a vida dos usuários que vão poder construir e acessar um moderno banco de dados do setor, conectando o Iterpa às novas tecnologias. A nova ferramenta está em fase de desenvolvimento.

Também na mesma direção e com o objetivo de melhorar o acesso à informação em relação aos dados fundiários do Pará, o Instituto reforçou a equipe do protocolo para encaminhamento de documentos e lançou uma plataforma digital que vem garantindo ao público, de qualquer lugar onde esteja, acesso às informações sobre o andamento e os despachos dos seus processos. Antes, a consulta informava apenas o local onde o documento se encontrava. Hoje, as informações são apresentadas de forma mais detalhada, identificando, inclusive, a posição dos Autos.

O Iterpa também lançou um novo site para melhorar e facilitar o acesso do público às informações fundiárias do Estado. O novo portal traz informações sobre

legislação, notícias, consultas a documentos e outros assuntos de interesse do setor. O Instituto também disponibilizou em seu site e em seu espaço físico o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), conforme é exigido pela Lei de Acesso à Informação, a fim de garantir maior transparência em todas as informações fundiárias de interesse da sociedade.

Outro marco importante no ano de 2015 foi a autorização do Governo do Estado para a implantação da nova sede do Iterpa, localizada à rodovia Augusto Montenegro. O novo prédio vem ao encontro da modernização e da implementação das tecnologias que o processo de regularização fundiária precisa.

Ainda na busca de avançar no processo de regularização fundiária, o Instituto editou a Instrução Normativa 001/2015 para resolver, de uma vez por todas, um impasse que se arrastava há mais de 20 anos no Estado: solucionar o problema dos títulos definitivos de terras que apresentam discrepâncias quanto à localização geográfica e ao perímetro em relação a área efetivamente ocupada.

No que se refere à terceirização dos trabalhos de georreferenciamento, o Iterpa trabalhou para ampliar esse serviço. Para isso, foi aberto e concluído o processo de licitação para a contratação de empresa especializada que vai georreferenciar 565 lotes individuais de pequenos produtores em várias regiões do Estado e, ainda, dois projetos de assentamento no município de Portel, beneficiando um total de 1.200 famílias.

Destaca-se em todo o trabalho, a emissão/entrega de 980 títulos de terras a pequenos produtores rurais, comunidades quilombolas, famílias extrativistas e outros, sendo emitidos 448 títulos de terras Individuais e 05 coletivos (2 PEAEX- Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista no município de Juruti, beneficiando em torno de 1.800 famílias agroextrativistas e 3 Quilombos nos municípios de Garrafão do Norte e Moju, beneficiando 149 famílias) e 143 Certidões de Terras e entrega de 384 títulos definitivos individuais nos municípios de Acará, Almeirim, Belém, Bujaru, Castanhal, Inhangapi, Marabá, Paragominas, Santa Izabel do Pará e Rondon do Pará, beneficiando cerca de 3.000 famílias. Para alcançar esse objetivo, a direção do Instituto modificou procedimentos administrativos e criou frentes de trabalho para intensificar os trabalhos de vistoria, fiscalização, cadastramento e georreferenciamento de áreas no interior paraense.

O Iterpa também homologou a criação dos projetos de assentamento sustentável Alto Bonito II e Nova Esperança, no município de Dom Elizeu, contemplando 49 famílias com concessão de direito de uso da terra.

Para 2016, a direção do Iterpa continuará investindo para que o trabalho avance, assegurando a satisfação dos que precisam acessar os serviços da Autarquia, intensificando o diálogo com a sociedade e com os órgãos de regularização fundiária de outras esferas, a fim de dar mais agilidade às demandas do setor.

## SUMÁRIO

### I PARTE

1.	A INSTITUIÇÃO .....	10
2.	MISSÃO DO ITERPA .....	10
3.	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA (ORGANOGRAMA).....	11
4.	GESTÃO ESTRATÉGICA .....	13
4.1.	ITERPA E O PPA 2012-2015.....	13
4.1.1	ARRECADAÇÃO E MATRÍCULA DE TERRAS DEVOLUTAS.....	13
4.1.2	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM PROJETOS DE ASSENTAMENTOS ESTADUAIS.....	15
4.1.3	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS .....	17
4.1.4	RESGATE DE AFORAMENTOS .....	18
4.1.5	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE IMÓVEIS RURAIS .....	19
4.2	OUVIDORIA AGRÁRIA .....	28
4.3	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.....	31
4.4	SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....	34
5.	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	36
5.1.	QUADRO DE PESSOAL.....	36
5.2.	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	37
5.3.	ESTÁGIO SUPERVISIONADO PARA ESTUDANTES DE NÍVEL MÉDIO.....	38

### II PARTE

6.	RECEITAS E DESPESAS .....	40
6.1.	CUSTEIO – RECEITA – INVESTIMENTO .....	40
6.2.	RECURSOS DA ARRECADAÇÃO PRÓPRIA .....	40
7.	DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2015.....	41

## SIGLAS

- CEPAF** - Comissão Estadual de Política Agrícola, Agrária e Fundiária
- CPAD** – Comissão Permanente de Análise de Documentos
- CAF** – Coordenadoria de Ação Agrária e Fundiária
- CDI** – Coordenadoria de Documentação e Informação
- CPE** – Coordenadoria de Projetos Especiais
- CPAT** – Comissão Permanente de Arrecadação de Terras Públicas
- COF** – Coordenadoria Orçamentária e Financeira
- DAF** – Diretoria de Administração e Finanças
- DEAF** – Diretoria de Gestão de Desenvolvimento Agrário e Fundiário
- DJ** – Diretoria Jurídica
- FETRAF** - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
- FETRAGRI** - Federação dos Trabalhadores na Agricultura
- GETAT** - Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins
- GEBAM** - Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas
- IMAZON** - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- ITERPA** – Instituto de Terras do Pará
- LCP** - Liga dos Camponeses Pobres do Pará e Tocantins
- MPA/MSTU** - Movimento dos Pequenos Agricultores
- MPE** - Ministério Público Estadual
- MPRA** - Movimento em Prol da Reforma Agrária do Rio Capim
- MSGD** - Movimento Social Guerreiros de Deus
- MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- MSTTR** - Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Porto de Moz
- MTL** - Movimento Terra Trabalho e Liberdade
- NTI** – Núcleo de Tecnologia da Informação

**OGE** – Orçamento Geral do Estado

**PPA** – Plano Plurianual

**PROGRAMA PARÁ RURAL** – Programa de Redução da Pobreza e Gestão dos Recursos Naturais do Estado do Pará

# ITERPA

INSTITUTO DE  
TERRAS DO PARÁ



**I PARTE**

## **1. A INSTITUIÇÃO**

O Instituto de Terras do Estado do Pará - **ITERPA** foi criado em 08 de outubro de 1975, por meio da Lei nº 4.584, como uma autarquia estadual, com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, com a responsabilidade pela execução da política agrária do Pará. A nova autarquia substituiu a Divisão de Terras da Secretaria de Agricultura do Estado, estrutura vigente à época, além de simbolizar um importante marco institucional na história da gestão pública estadual do território paraense. Sua missão principal era a de “ser executor da política agrária do Estado em tudo quanto se referir às suas terras públicas e devolutas”.

A missão institucional e demais atribuições do Instituto estão definidas na Lei nº 4.584, de 08.10.1975, os cargos de provimento efetivo e em comissão e respectivas atribuições e requisitos de preenchimento na Lei nº 6.834, de 13.02.2006, assim como a regulamentação geral pelo Decreto nº 063, de 14.03.2007.

## **2. MISSÃO DO ITERPA**

Executar a política do Estado do Pará em tudo quanto se referir às suas terras públicas, cabendo-lhe, dentre outras atribuições:

I- Representar o Estado, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, nos estudos, órgãos, atos, processos e convênios que visarem a:

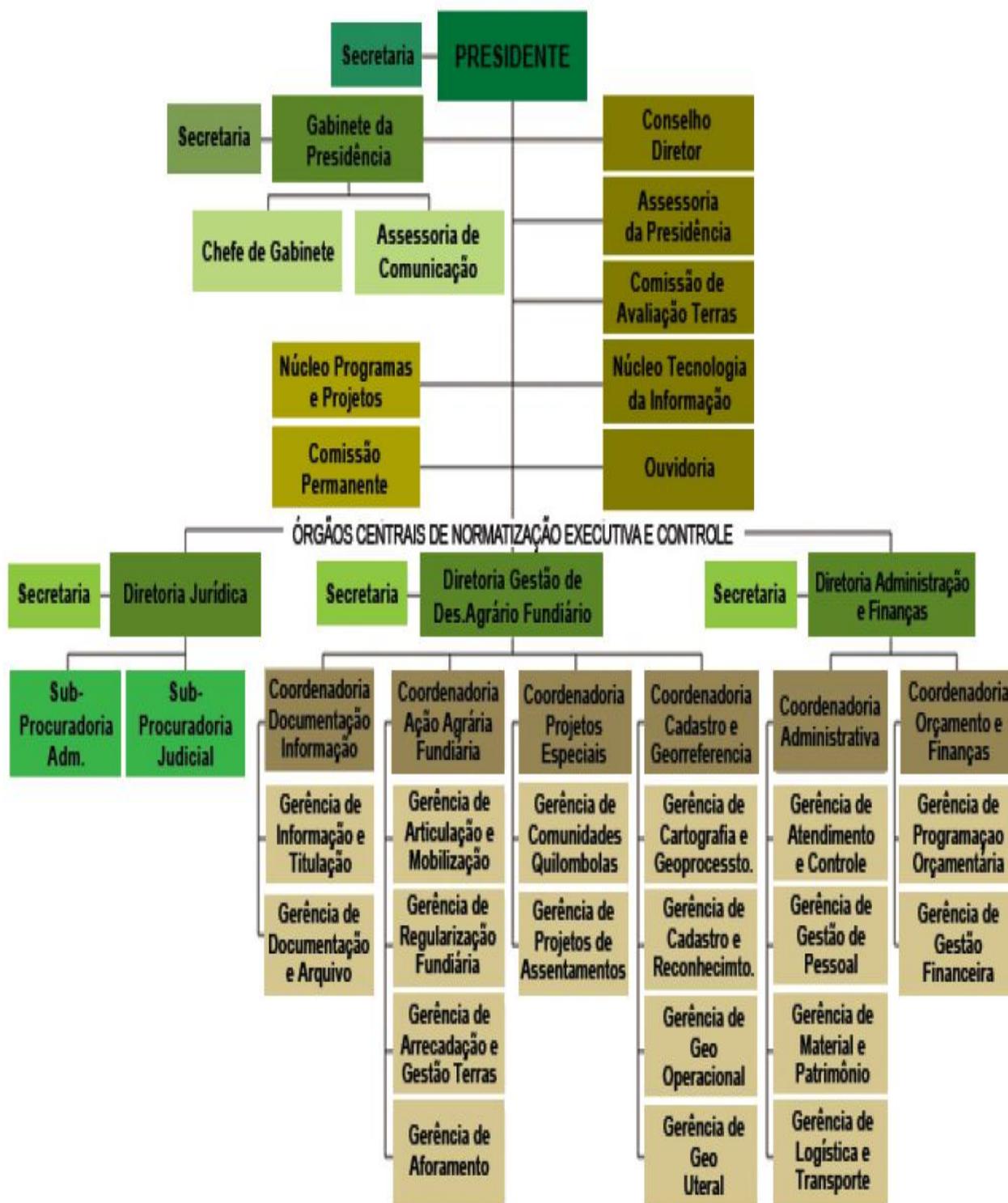
- a) precisar, retificar, aviventar, e demarcar os limites estaduais ou municipais;
- b) definir as áreas dominiais que, dentro do território do Estado, constituam patrimônio dele ou quaisquer outras entidades de direito público;
- c) extremar o domínio público do particular;
- d) regularizar, obter, reduzir, aumentar, ou cancelar a posse ou a propriedade pública ou privada das terras que sejam, tenham sido ou venham a ser consideradas devolutas;

- e) introduzir quaisquer modificações no sistema legal relativo aos problemas fundiários, bem assim na estrutura e funcionamento das entidades e serviços com eles relacionados;
- II- Administrar as terras devolutas do Estado, preservando-as contra invasões, e danificações de qualquer natureza e recuperando aquelas que indevidamente não se encontrarem na sua posse ou domínio;
- III- Manter um serviço atualizado de cartografia e mapoteca do território estadual;
- IV- Organizar o cadastro rural do Estado, eliminando ou prevenindo os problemas de localização, superposição e excesso de áreas que sejam ou tenham sido devolutas;
- V- Fixar quais as áreas que podem ser alienadas, quer em regime de licitação, quer em regime de requerimento, bem assim aquelas que devam ser reservadas para algum fim especial ou excluídas de alienação, quando esta não convier aos interesses do Estado;
- VI- Transferir a propriedade do solo como meio de promover o desenvolvimento agrário, conciliando o interesse público e a justiça social com o estímulo devido aos investimentos idôneos;
- VII- Respeitar as posses legítimas, oferecendo aos seus ocupantes todas as oportunidades para exercerem o direito que lhes assegura a Constituição do País;
- VIII- Combater a especulação agrária e a depredação florestal;
- IX- Aferir a medição, localização, documentação e aproveitamento econômico das áreas objeto de alienação, prevenindo litígios e conferindo à titulação clareza, exatidão e segurança.

### **3. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO ITERPA (ORGANOGRAMA)**

O Decreto nº 063, de 14 de março de 2007, aprova o novo Regulamento Geral do Iterpa, considerando a necessidade de adequar a estrutura do Órgão aos procedimentos técnicos indispensáveis à implantação, execução e manutenção do Cadastro Fundiário Georreferenciado, nos moldes da Lei Federal nº 10.267, de 28 de agosto de 2001, e do Decreto nº 4.449, de 30 de outubro de 2002, como referência básica do novo Modelo de Gestão Territorial do Estado.

## ÓRGÃOS DE DIREÇÃO SUPERIOR



## 4. GESTÃO ESTRATÉGICA

### 4.1 ITERPA e o Plano Plurianual do Estado do Pará (PPA) - 2012-2015

O ITERPA estava presente em 03 Programas de Governo constantes no Plano Plurianual do Estado Pará (PPA) para o período de 2012-2015: Gestão Ambiental e Territorial, Municípios Verdes e Pará Rural, desenvolvendo ações de arrecadação e matrícula de terras; regularização fundiária em projetos de assentamentos estaduais, regularização fundiária em comunidades quilombolas; resgate de aforamento e regularização fundiária em áreas rurais.

#### 4.1.1 ARRECADAÇÃO E MATRÍCULA DE TERRAS DEVOLUTAS.

Esta ação tem como objetivo extermar as áreas devolutas das particulares incorporando-as ao patrimônio fundiário do Estado. Conforme demonstrado no quadro abaixo, foram arrecadadas e matriculadas 67.795,6232 (sessenta e sete mil, setecentos e noventa e cinco hectares, sessenta e dois ares e trinta e dois centiares):

QUADRO I – Arrecadação e matrícula de terras em 2015

Região de Integração	Município	Nome da área	Área(ha) Port
Baixo Amazonas	Almeirim	Fazenda Jaburu	1.356,0810
Lago Tucuruí	Goianésia do Pará	Fazenda Manaim	1.206,2569
	Ipixuna do Pará	Gleba Timbuí A	2.283,4296
		Gleba Maringá	1.913,7949
		Gleba Firmiano	1.984,6116
	Itupiranga	Fazenda Beira Rio	530,1547
Marajó	Bagre	Fazenda Água Boa	1.325,5571
Metropolitana	Benevides	Sítio La Paz	2,9039
		Sítio Santo Amaro	34,8872
	Santa Bárbara do Pará	Fazenda Santa Bárbara I	166,5930
		Sem Denominação	9,8788
		Sem Denominação	13,9834

		Sem Denominação	35,2691
		Sem Denominação	46,0654
		Sem Denominação	2,2062
		Sem Denominação	3,5911
Rio Araguaia	Redenção	Gleba Serrana	3.549,4828
Rio Caeté	Bonito	Gleba Miriti	890,9287
	Capanema	Chácara Santa Maria	8,3653
		Sem Denominação	0,3029
Rio Capim	Bujaru	Gleba Santa Maria	5.748,5247
		Gleba Conceição II	158,9842
		Gleba Caiti	1.541,2592
		Gleba Santa Rosa	417,0546
		Gleba Traquateua	1.443,0664
	Garrafão do Norte	Gleba Cutuvelo	497,1703
	Paragominas	Gleba Boa Esperança do Uraim	1.996,9358
		Gleba Nova Vida III	2.199,1237
		Gleba Esmeralda	13.050,8839
		Gleba Candiru Açú	263,1339
Carajás	Marabá	Fazenda Beira Rio	852,8168
		Fazenda Gengibra	2.288,6742
Rio Guamá	São Miguel do Guamá	Gleba Paricá – Área 01	99604,4977
		Gleba Paricá – Área 02	43,2611
		Gleba Paricá – Área 013	24,6471
	São Caetano de	Fazenda	59,7651

	Odivelas	Resplendor	
	Santa Izabel do Pará	Fazenda Americano	147,6136
		Fazenda Amarildo	6,7528
	Santo Antonio do Tauá	Gleba Santo Estevão	61,8078
	Vigia	Sítio Maravilha	20,719
Rio Tocantins	Barcarena	Sítio Castanhalzinho	30,8911
	Abaetetuba	Fazenda São Luís	28,3444
	Moju	Gleba Moju III – Parte A	19.866,5122
		Fazenda São José	125,1008
		Fazenda Conquista	1.087,1939
<b>TOTAL</b>			<b>67.795,6232</b>

CPAT – Comissão Permanente de Arrecadação de Terras Públicas

#### 4.1.2 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM PROJETOS DE ASSENTAMENTOS ESTADUAIS.

Esta ação visa promover a titulação de pequenas propriedades e comunidades tradicionais, sendo que a Concessão de Direito Real de Uso referente aos Projetos Estaduais de Assentamento Sustentável – PEAS é emitida, preferencialmente, em nome das mulheres das famílias beneficiadas, conforme Instrução Normativa Iterpa 03, de 09 de junho de 2010. No exercício de 2015, foram entregues 02 CDRUs para Projetos Estaduais de Assentamento Agroextrativistas – PEAEX - no Município de Juruti e 15 concessões individuais para Projeto Estadual de Assentamento Sustentável em Dom Eliseu, conforme quadro II:

Quadro II: Concessão de Direito Real de Uso para Projetos Estaduais de Assentamentos

Região	Município	Modalidade	Comunidade	Área	Famílias
Baixo Amazonas	Juruti	PEAEX	Curumucuri	106.122	1752
		PEAEX	Prudente e Monte Sinai	5.514	51
Rio Capim	Dom Eliseu	PEAS	Alto Bonito II	597	15
<b>TOTAL</b>				<b>112.233</b>	<b>1.818</b>

Também foram desenvolvidas as seguintes ações de regularização fundiária em Projetos Estaduais de Assentamentos:

1. Vistoria e georreferenciamento nos PROAS Cujari, Mauba e Itacupé. Entretanto, as áreas dos PROAs Mauba e Itacupé não ficaram definidas em campo, pois foram identificados grandes números de Títulos Definitivos, além das famílias não aprovarem que nas áreas fossem criados PEAEXs;
2. Homologação da Criação de Assentamento, por meio de Decreto Governamental dos PEAS Alto Bonito II (34 famílias) e Nova Esperança (15 famílias) no município de Dom Eliseu;
3. Retificação, por meio de Decreto Governamental, dos PEAEXs Curumucuri e Prudente e Monte Sinai no município de Juruti;
4. Publicação no DOE de Editais das áreas do PROA Mamuru, no Município de Juruti/PA; PROA Cujari, no município de Abaetetuba e ASSIMPEX Gleba Joana Peres II, no município de Portel;
5. Participação na elaboração do Termo de Referência para a contratação de empresa especializada em realizar o georreferenciamento nas áreas de Bom Jesus, Renascer e Nova Vitrine no município de Ipixuna do Pará; e PEAEXs Acangatá e Acutipereira no município de Portel/ PA; e Fazenda Água Branca/ Raio de Luz no município de Rondon do Pará;
6. Vistoria, Cadastramento e Fiscalização do Georreferenciamento na área da ASSIMPEX Gleba Joana Peres II no município de Portel;
7. Vistoria, cadastramento, autuação de processos e georreferenciamento de 100 lotes da comunidade Deus e Fiel, para criação do PEAS Deus é Fiel no município de Rondon do Pará (ainda em andamento);
8. Vistoria, cadastramento e fiscalização do Georreferenciamento na área do PEAEX Vila Nova no município de Prainha/PA que beneficiará 51 famílias;
9. Reuniões com o INCRA/SR-01 visando Acordo de Cooperação Técnica para transferência mútua das bases cartográficas e reconhecimento pelo Incra das famílias oriundas dos Projetos Estaduais como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA;

10. Atendimento à Ouvidoria Agrária Nacional e ao Ministério Público Estadual e Federal, referentes às áreas destinadas às famílias ribeirinhas e agroextrativistas do município de Portel/PA;

Além das ações realizadas ao longo do ano de 2015, ressalte-se que, paralelamente, a Gerência de Projetos de Assentamentos – GPA/ITERPA participou de diversas reuniões com Associações e/ou outras Entidades que representam os agricultores de diversas áreas com pedidos de regularização na modalidade de assentamentos.

#### 4.1.3 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS.

Com o objetivo de promover o reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombos, foi feita a emissão de 03 Títulos Coletivos para Comunidades Remanescentes de Quilombos, sendo 02 no município de Garrafão do Norte e 01 no município de Moju.

Quadro III: Títulos Coletivos para Comunidades Remanescentes de Quilombos

Região	Município	Comunidade	Área	Famílias
Rio Capim	Garrafão do Norte	Cutuvelo	435,6403	47
		Castanhalzinho	281,2164	62
Rio Tocantins	Moju	Sítio Bosque	1.101,0385	40
<b>TOTAL</b>			<b>1.817,8952</b>	<b>149</b>

No ano de 2015 foram realizadas ainda as seguintes ações de campo em comunidades remanescentes de quilombo:

- Registro Cartorial do Título de Domínio Coletivo da Comunidade Remanescente de Quilombo Maruteuazinho, município de Santa Luzia do Pará;
- Vistoria para indenização de áreas de imóveis a serem incorporados à Comunidade Remanescente de Quilombo Castanhalzinho, localizada no município de Garrafão do Norte;
- Vistoria para indenização de áreas de imóveis a serem incorporados à Comunidade Remanescente de Quilombo Cutuvelo, localizada no município de Garrafão do Norte;
- Conclusão do Georreferenciamento da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo de Santa Luzia do Bom Prazer;

- Reunião de esclarecimento da condição quilombola e mobilização da comunidade, vistoria básica, coleta de coordenadas geográficas, levantamento socioeconômico na Associação Remanescente de Quilombos Novo Palmares, da Comunidade Juquiri, no município de Moju;
- Georreferenciamento do perímetro da área da Associação Remanescente de Quilombos da Ilha Grande do Cupijó, no município de Cametá;
- Reunião de esclarecimento da condição quilombola e mobilização da comunidade, vistoria básica, coleta de coordenadas geográficas, levantamento socioeconômico na Comunidade de Quilombos São Benedito, no município de Cametá;
- Reunião com a Associação de Remanescentes de Quilombola da localidade de Mupi, no município de Cametá, para redefinição da área de pretensão e realização de levantamento socioeconômico;
- Reunião com o Ministério Público Federal visando a conclusão dos trabalhos para titulação de domínio coletivo das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Cachoeira Porteira e Comunidade Remanescente de Quilombo Ariramba, ambas no município de Almeirim;
- Atualização dos valores de indenizações a serem realizadas visando a titulação coletiva, principalmente das Comunidades Ramal do Bacuri, Comunidade Espírito Santo, Comunidade Menino Jesus e Comunidade São Manoel;
- Reunião com o INCRA/SR-01 visando a celebração de convênio para indenização de posses e propriedades para regularização de Comunidades Quilombolas;
- Reunião com o Ministério Público Estadual, Malungu, Companhia Vale, Biopalma e Associação de Moradores e Agricultores Remanescentes Quilombolas do Alto Acará para solucionar impasses visando a titulação de domínio coletivo. Essas reuniões se dão por requerimento do Ministério Público do Estado do Pará;

Além das ações de campo realizadas ao longo do ano de 2015, ressalte-se que paralelamente, a Gerência de Comunidades Quilombolas – GCQ/ITERPA participou de diversas reuniões para contribuir junto ao Ministério Público do Estado – MPE, assim como a Organização das Comunidades Quilombolas Malungu, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS e Instituto de Desenvolvimento Florestal e Biodiversidade do Estado do Pará – IdeflorBio, com vistas ao entendimento da política quilombola do Estado do Pará.

#### 4.1.4 RESGATE DE AFORAMENTOS ESTADUAIS.

Esta ação objetiva consolidar o domínio pleno em favor dos atuais foreiros, em cumprimento aos termos do Código Civil de 1916 em seu Título III, capítulo II, artigos 678 a 694,

por determinação no disposto no art.2.038 do Livro Complementar das Disposições Finais e Transitórias do Código Civil de 2002, mediante o qual determina a proibição de enfiteuses e subenfiteuses, subordinando-se as existentes, até sua extinção, às disposições do Código Civil anterior; no Decreto Estadual nº 73, de 06 de abril de 2011, que autoriza o dirigente desta Autarquia a promover e adotar todos os atos e providências à efetivação dos resgates administrativos; no Decreto Estadual nº 1.805, de 21 de julho de 2009, que define procedimentos para o resgate de enfiteuses, e na Instrução Normativa nº 05, de 15 de setembro de 2010, que fixa o procedimento legal para o resgate administrativo dos Títulos de Aforamento. Em 2015, foram feitos 07 Termos de Resgate de Aforamento e realizadas, vistoria, fiscalização e georreferenciamento em 02 aforamentos do município de Marabá.

QUADRO IV – Resgate de aforamentos estaduais

Região	Município	Quantidade	Área
Rio Araguaia	Xinguara	04	13.865,6796
Carajás	São Domingos do Araguaia	03	409,8674
<b>TOTAL</b>		<b>07</b>	<b>14.275,5470</b>

<sup>1</sup> DEAF – DIRETORIA DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E FUNDIÁRIO

#### 4.1.5 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM ÁREAS RURAIS

Foi feita a emissão de 133 Títulos Definitivos, beneficiando agricultores de Bujaru, Acará, Bragança, Castanhal, Curuçá e Santa Izabel do Pará, conforme demonstrado no Quadro V.

Já no Programa Municípios Verdes foram emitidos 314 documentos de terras em 18 municípios que já aderiram ao Programa. No total, foram emitidos 430 Títulos Definitivos para pequenos e médios proprietários rurais.

O Iterpa também entregou 384 títulos definitivos individuais nos municípios de Acará, Almeirim, Belém, Bujaru, Castanhal, Inhangapi, Marabá, Paragominas, Santa Izabel do Pará e Rondon do Pará.

QUADRO V: Títulos expedidos pelo ITERPA.

Programa	Região de Integração	Município	Quantidade
Gestão Ambiental e	Rio Tocantins	Acará	01

Programa	Região de Integração	Município	Quantidade
Territorial	Rio Caetés	Bragança	01
	Rio Capim	Bujaru	100
	Rio Guamá	Castanhal	26
		Curuçá	01
		Santa Izabel do Pará	04
		Vigia	01
Municípios Verdes	Baixo Amazonas	Almeirim	18
		Prainha	01
	Carajás	Conceição do Araguaia	02
		Marabá	02
		Parauapebas	01
		São Félix do Xingu	01
	Lago Tucuruí	Goianésia do Pará	91
	Metropolitana	Belém	42
	Rio Araguaia	Redenção	02
		Santa Maria das Barreiras	01
	Rio Caetés	Peixe boi	01
		Salinópolis	01
		São João de Pirabas	09
	Rio Capim	Paragominas	33
		Dom Eliseu	16
		Ipixuna do Pará	02
Rondon do Pará		73	

Programa	Região de Integração	Município	Quantidade
		Tomé Açu	03
	Rio Guamá	Igarapé açu	02
	Rio Tocantins	Igarapé Mirim	04
		Moju	01
		Tailândia	06
<b>TOTAL</b>			<b>447</b>

**DEAF/CDI- Coordenadoria de Documentação e Informação**

QUADRO VI: Títulos Entregues

Programa	Região de Integração	Município	Quantidade
Gestão Ambiental e Territorial	Rio Tocantins	Acará	02
	Rio Capim	Bujaru	125
	Rio Guamá	Castanhal	27
		Inhangapi	01
		Santa Izabel do Pará	01
Municípios Verdes	Baixo Amazonas	Almeirim	95
	Carajás	Marabá	03
	Metropolitana	Belém	05
	Rio Araguaia	Santa Maria das Barreiras	01
	Rio Capim	Paragominas	36
		Rondon do Pará	88
<b>TOTAL</b>			<b>384</b>

**DEAF/CDI- Coordenadoria de Documentação e Informação**

Informamos que no exercício de 2015 foram realizadas também as seguintes ações:

Quadro VII: Publicação de Edital tornando públicas as áreas de Regularização Onerosa

Município	Quantidade	Área
Abel Figueiredo	01	490,1795
Acará	01	413,2708
Almeirim	10	12.643,3159
Barcarena	01	30,8911
Benevides	01	1,0973
Castanhal	01	11,5911
Dom Eliseu	01	574,6580
Eldorado dos Carajás	01	108,7994
Goianésia do Pará	02	3.835,1148
Inhangapi	01	140,5158
Ipixuna do Pará	07	5.395,0589
Magalhães Barata	04	730,4648
Marabá	05	894,2608
Marapanim	01	50,6448
Moju	10	12.251,6222
Paragominas	19	18.589,9744
Parauapebas	05	185,9807
Redenção	02	2.363,6819
Rondon do Pará	01	161,1658
Santa Izabel do Pará	01	147,6136
Santo Antônio do Tauá	01	121,7937
São Félix do Xingu	05	3.903,6057
São Francisco do Pará	01	59,5819
Tailândia	02	1.476,6847
Ulianópolis	02	2.524,5199
Dom Eliseu, Rondon do Pará, Santa Maria do Pará e Santarém	04	
Almeirim, Inhangapi, Goianésia, Marabá, Moju, Tailândia	12	

Quadro VIII: Vistoria Judicial

Município	Objetivo	Data
Portel (perícia)	Vistoria Ação Judicial de 48 títulos	04/05 a 23/05/2015
Castanhal	Entrega do relatório na Secretaria da Vara Agrária de Castanhal com o parecer técnico da perícia realizada na área da Fazenda Jutaituba, Gleba Joana Peres, município de Portel. Proc. 2014/462578 e 2015/317004- Tribunal de Justiça do Estado do Pará.	24/08/2015.
Portel	Vistoria Ação Judicial referente ao processo nº 0003860-50.2010.814,0015, no imóvel Jutaituba, município de Portel.	22/06 a 06/07/2015
Monte Alegre	Perícia Judicial para atender a Ação Judicial referente Ação de Manutenção de Posse da área denominada "Menejó", processo nº 0000632-92.2011.8.14.0032 da Vara Única da Comarca de Monte Alegre, município de Monte Alegre.	21/10 a 04/11/2015
Portel	Vistoria judicial nas áreas denominadas Faz. Pependeuca e Samaúma, localizada na M/D do rio Pacajá, Gleba Tuerê, das Pacajá, Gleba Tuerê, município de Portel, solicitada através do proc. 2011/521750 – INCRA, apensado aos processos 2008/79429 (Iterpa) e, 2012/129124 (Juiz de Direito da Vara Agrária de Castanhal).	01 a 07/12/2015

Quadro IX: Reunião e levantamento de campo na APA Triunfo do Xingu

Município	Objetivo	Período
São Félix do Xingu	Elaboração do Plano de Trabalho de Regularização Fundiária da APA Triunfo do Xingu, município de São Félix do Xingu, em conjunto com a equipe do IDEFLOR-Bio.	20/04 a 08/05/2015
	Participação nas Reuniões Ordinária realizada na Vila Central, localizada no interior da APA Triunfo do Xingu.	04/06 a 9/06/2015. 05/08a 11/08/2015. 12/09 a 16/09/2015. 27/11 a 1º/12/2015.

Quadro X: Cursos e Audiências Públicas

Brasília	Fiscalização de técnica topográfica	11 a 15/052015
Rurópolis	Audiência Pública	04 a 06/052015
Castanhal	Audiência Pública	28/05/2015

Quadro XI: Identificações, vistorias, georreferenciamento e fiscalização de geo de áreas de regularização onerosa, não onerosa e certidões

Município	Ação	Área	Período
Bujaru	Identificação de áreas: Santa Maria, São José, Guajará-açu, Curuçambá e São João de Pirabas.	5.800	12 a 30/06/2015
Goianésia do Pará	Reconhecimento das áreas em Bom Jesus (48 lotes), Rouxinol (71 lotes).	7.255,2118	12 a 30/06/2015
Paragominas	Georreferenciamento, elaboração dos cálculos e planta e memorial descritivo, para arrecadação da Gleba Baixo Uraim.	14.006,5994	15 a 30/06/ 2015
Santana do Araguaia	Vistoria p/ verificação de correspondência dos TDs, com a área das Faz. Ouro Verde / Vitória Régia, solicitado através do Ofício nº 231/2015-GP – Conflitos Agrários Faz.	17.424,00	15/06 a 30/06/2015
Marabá	Levantamento glebas federais no INCRA e Identificação de área da Prefeitura Municipal de Marabá, referente ao TD de Uadi Moussalém, e Colônia Quindangues- Bairros da Liberdade e Independência, município de Marabá.		17/06 a 01/07/2015 e 17 a 31/07/2015
Juruti	Vistoria e identificação das áreas referentes as Fazendas Mulato, Frango D'água, Matão e Braga, ocupadas pelos Srs.Valmir Martins de Araújo, Sérgio Engelhard Bernardes, Olavo Acatauassu Teixeira e Karina Braga Bernardes, no Mandado de Intimação referente a Ação Judicial nº 20143032255-7, do TJE/ Secretaria da 1ª Câmara Cível Isolada.	9.525,6828	29/06 a 14/07/2015
Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará	Levantamento de preço de mercado para avaliação da área do Parque Ambiental do Utinga		30/06 a 03/07/2015 e 07 a 09/07/2015. 06/08/2015.
Vigia	Vistoria e fiscalização do georreferenciamento processo 2014/371154 de interesse de Cesar Bentes Gomes da Silva (Reg. Onerosa) e vistoria e georreferenciamento nas áreas objeto dos processos 1998/127906 – Prisco Bernardino Soares (Regularização não Onerosa), e proc. 2013/499436- Juízo da Vara Cível da Comarca de Vigia.	40,4468	13/07 a 18/07/2015.
Goianésia	Vistoria e georreferenciamento em 46 lotes de Regularização Não onerosa, comunidade Bom Jesus,	1.697,7263	25/08 a 15/09/2015

	e fiscalização do georreferenciamento e 02 lotes de Regularização Onerosa.		
Igarapé-açu e Marapanim	Vistoria, georreferenciamento e fiscalização de georreferenciamento, nos processos nº 2009/446259 – Creeden Gauch (reg. Onerosa), 2010/123360 – Esau Gonçalves Picanço, 2008/479671 – Maria de Lourdes Pereira Meireles, 2010/136307 – Prefeitura Municipal de Igarapé-açu, 2010/136391- Prefeitura Municipal de Igarapé-açu, 2010/2010/136347- Prefeitura Municipal de Igarapé-açu (Reg. Não Onerosa).	428, 2802	24 a 28/08/2015
Marapanim	2014/538485- Ary Leonardo Nogueira de Sales, município de Marapanim (Reg. Não Onerosa).	99,0005	31/08 a 01/09
Santana do Araguaia	Vistoria e fiscalização do georreferenciamento, do processo de Certidão nº 2013/548658 – Rosimar França Gratão,	4.350,0	23 a 27/08/2015
Paragominas	Vistoria e georreferenciamento de 34 lotes na Comunidade Boa Esperança, na Gleba Baixo Uraim	2161,3204	23/09 a 09/10/ 2015 e 13a 21/10 /2015.
Goianésia/Rondon do Pará	Vistoria e georreferenciamento de 35 lotes de Reg. Não Onerosa na Rouxinol, município de Goianésia	1.656,1656	15 de outubro a 07 de novembro
	Vistoria e fiscalização do geo em 02 áreas Reg. Onerosa nas áreas dos processos 2013/372586 - Bernardo Espindola Souza e 2012/158282 Elmo Balbinot, município de Rondon do Pará	1.698,6515	
Prainha	Vistoria e georreferenciamento de 47 lotes na comunidade Santa Maria do Uruará, e da área patrimonial da Vila Santa Maria do Uruará	2.651,5581	24/11 a 22/12/ 2015.
Goianésia e Rondon do Pará	Vistoria e georreferenciamento em 35 lotes da comunidade Rouxinol e município de Rondon do Pará.	2.654,6956	30/11 a 19/12/2015
	Vistoria e fiscalização do georreferenciamento da área referente a 02 processos de Reg. Onerosa-2001/340400 – Adão Ribeiro Soares, Moacir Rodrigues Contreras e Gilberto Pimentel e 2008/406566- Angelo Miguel da Silva.	19.233,2488	
Paragominas	Vistoria e fiscalização do georreferenciamento em 05 áreas de Certidão e retificação referente aos processos 2009/63056 – Floraplac Industrial Ltda, 2009/63145 – Floraplac Industrial Ltda, 2015/63832-Tanibuca Participações Ltda, 2015/63807 – Galapagos Imóveis e Participações Ltda e 2014/566639 – Gilberto Riscinhos Bastos e vistoria e georreferenciamento de Reg. Não Onerosa em 06 áreas comunidade Baixo Uraim.	10.673,6356	30/11 a 19/12/ 2015
Tailândia e Moju	Vistoria e fiscalização do georreferenciamento processo nº 2010/186223 - Prefeitura Municipal de Tailândia (Vila Palmares) e de 05 lotes de Reg. Onerosa, processos 2012/153063- Anastásio Luiz Schimidt, 2012/153037 – Arimar Antônio de Souza e 2003/283390 – Nestor Gustavo Schmidt, município de Tailândia período de processos nº 2010/178393 – Ângela Maria Baldo Andreão, 2010/178402 – Luiz Antônio Baldo, município de Moju,	1.029,0950	04/11 a 07/11/2015 e 16/11 a 21/11/2015 e 22/11 a 30/11/2015.
Castanhal/Santa	Vistoria, georreferenciamento e fiscalização do	96,8961	Castanhal – 16 a

Izabel do Pará/Santa Bárbara do Pará e Marituba	georreferenciamento processo nº 2012/273311- Associação Papa João XXXIII no Brasil, 2001/35948 – Maria Sinhá Viana da Silva (Castanhal), período de 2014/402567 – Norikó Kagawa, 2014-402643 – Yoshiaki Kagawa, 2014/402716 – Michihiro Kowada, 2002/313083 – Raimundo Nonato Freire Galvão, Associação dos Produtores Familiares “Novo Progresso” (Santa Izabel do Pará), 2015/96051 - Juarez Barbosa Acácio, 1999/224455 – Carlos Costa Alvares, 2014/171940 – Antonio Teixeira da Silva, (Santa Bárbara do Pará) e 1982/000421 – Zilma Nogueira Gomes de Carvalho (Marituba).		21/11/2015 Santa Izabel do Pará - 23 a 02/11/2015 Santa Bárbara do Pará – 03 a 08/12/2015 Marituba – 09 e 10/12/2015-
Portel	Vistoria e fiscalização do geo na área de Reg. Onerosa proc. 2013/113445- Agro Industrial de Madeiras Vale Fértil Ltda, município de Portel.	806,0385	08 a 17/12/ 2015.
Moju/Tailândia	Vistoria e fiscalização do georreferenciamento nas áreas dos processos de Regularização Onerosa, 2012/575850 – Maria Terezinha Fontanela Sprigico e Outra, 2011/540407- Laudemir Rigon, 2014/158955 – Rafael da Silva Teofilo – município de Tailândia, 2012/119426- Joaquim da Pureza Júnior, 2012/207766- Joaquim da Pureza Júnior	3.740,3953	30/11 a 16/12/2015.
Baião.	Ação de Judicial solicitada através dos proc. 2011/335804-Tribunal de Justiça do Estado do Pará-Secretaria da Vara Agrária de Castanhal, na ação Civil Pública de indenização e danos ambientais em que o Estado é o autor e o Sr. Antônio Vieira e Serraria Nova Conceição Ltda, são réus.		01 a 04/12 2015.

➤ **Atividade: Emissão de Certidões de Terras:**

Essa atividade visa atestar a regularidade de títulos de terras expedidos pelo Estado, já georreferenciados ou não, através da emissão de documentos oficiais do ITERPA.

Foram realizadas a certificação de autenticidade de títulos e re-ratificação de áreas com a emissão de 143 certidões de terras, legitimando títulos expedidos e áreas ocupadas por pequenos, médios e grandes produtores, garantindo a execução segura dos empreendimentos produtivos de manejo florestal ou atividades agrícolas e pecuárias.

Quadro XII Certidões de Terra

Região de Integração	Município	Quantidade
Metropolitana (14)	Belém	14
	Ananindeua	
	Marituba	

Região de Integração	Município	Quantidade
	Benevides	
	Santa Bárbara do Pará	
Baixo Amazonas	Oriximiná	11
	Almeirim	
	Óbidos	
	Alenquer	
	Prainha	
Lago Tucuruí	Tucuruí	05
Marajó	Portel	06
Rio Araguaia	São Félix do Xingu	20
	Conceição do Araguaia	
	Redenção	
Rio Caetés	Peixe boi	08
	Salinópolis	
	Santarém Novo	
	Viseu	
Rio Capim	Dom Eliseu	10
	Paragominas	
	Ulianópolis	
	Tomé Açu	
Rio Guamá	Castanhal	29
	São Domingos do Capim	
	Santa Izabel do Pará	
	Maracanã	
	Vigia	

Região de Integração	Município	Quantidade
Rio Tocantins	Acará	19
	Mocajuba	
	Moju	
	Baião	
	Tailândia	
<b>TOTAL</b>		<b>143</b>

DEAF/CDI – Coordenadoria de Documentação e Informação

➤ **Atividade: Relatório de Análise de Documentos - RAD:**

Essa atividade visa atestar a veracidade ou falsidade de títulos de terras expedidos pelo Estado, através da emissão de Relatório de Análise de Documentos elaborado pela Comissão Permanente de Análise de Documentos – CPAD. Durante o ano de 2015, foram elaborado 43 RADs, sendo constatada a falsidade de 11 títulos definitivos e 01 RAD, conforme se pode verificar no quadro 9:

Quadro XIII: Relatório de Análise de Documentos - RAD

RELATÓRIOS DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS - RAD's EXPEDIDOS NO ANO DE 2015 ATÉ O MÊS DE NOVEMBRO													
MESES	TIT. DEFINITIVO		TIT. DE POSSE		TIT. COLONIAL		TIT. DOAÇÃO		TIT. URBANO		RAD		TOTAL
	VERDADEIRO	FALSO	VERDADEIRO	FALSO	VERDADEIRO	FALSO	VERDADEIRO	FALSO	VERDADEIRO	FALSO	VERDADEIRO	FALSO	
JAN	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	0	0	3
FEV	3	4	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	8
MAR	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2
ABR	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
MAI	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	5
JUN	1	1	1	0	2	0	1	0	0	0	0	0	6
JUL	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
AGO	3	0	0	0	0	0	3	0	1	0	0	0	7
SET	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
OUT	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
NOV	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
DEZ													
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>11</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>43</b>

#### 4.2 OUVIDORIA AGRÁRIA DO ITERPA

A Ouvidoria do ITERPA, que compõe a estrutura regimental desta Autarquia, constitui um setor seccional, com submissão hierárquica diretamente à Presidência do Instituto. Funciona como um canal direto de comunicação com a clientela externa do ITERPA e com o corpo funcional, vivenciando os entraves e/ou as dificuldades da administração. Para isso, empenha-se na busca da aplicação do processo democrático

participativo, procurando promover total transparência das ações do Instituto quanto aos serviços prestados, de acordo com as atribuições especificadas no Decreto nº 063, de 14 de março de 2007, que aprova o Regulamento Geral do Instituto de Terras do Pará – ITERPA.

Em 2015, a Ouvidoria do ITERPA desenvolveu as seguintes atividades:

➤ **Atendimentos**

A Ouvidoria Agrária do ITERPA em 2015 prestou um total de 491 atendimentos pessoais/individualizados, e coletivos, sendo 406 presenciais, 55 por telefone e 30 por e-mails. Esses atendimentos envolveram um total 61 municípios, sendo que os municípios com maior número de atendimentos presenciais foram: Acará (22), Castanhal (15), Santa Izabel do Pará, (13), Ipixuna do Pará (11) e Marabá (11).

➤ **Expedição de Declarações de Tramitação de Processos**

É competência exclusiva da Ouvidoria Agrária do ITERPA emitir e expedir declaração referente a processos de regularização fundiária em tramitação no Instituto (Portaria nº 0211, de 25 de abril de 2011, da Presidência).

Essas declarações de tramitação tem o objetivo de embasar requerimentos de aposentadorias junto ao INSS; financiamentos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), inscrição no programa habitacional do governo federal (Minha Casa, Minha Vida), financiamentos bancários, defesas de direitos nas Varas Agrárias, dentre outros.

Neste ano foram entregues 369 Declarações de Tramitação referente a 65 municípios, correspondendo a 11 Comunidades, sendo que o maior número de Declarações foram nos municípios de Acará, Benevides, Conceição do Araguaia, Goianésia do Pará, Igarapé-Miri, Ipixuna do Pará, Moju, Paragominas, Parauapebas, Santa Maria das Barreiras e Santana do Araguaia.

Além das declarações de tramitação de processos, foram expedidas, também, 31 (trinta e uma) Declarações de Comparecimento, que são aquelas solicitadas por usuários que precisam comprovar em suas bases que compareceram ao ITERPA para tratar dos interesses de suas comunidades.

➤ ***Entrada e Saída de Processos.***

No ano de 2015, entraram na Ouvidoria 305 processos e saíram 328, esse excedente se deve a processos que, em 2014, já se encontravam lá e voltaram à tramitação normal.

➤ ***Participação em Reuniões.***

A Ouvidoria do ITERPA, sempre que instada em decorrência de convites e/ou convocações de entidades ou órgãos do governo, participa de eventos ou reuniões de trabalho, quer na capital, quer no interior do Estado.

Assim foi que em 2015 esta Ouvidoria participou das seguintes reuniões:

1. Como integrante da Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem (CPMEAQLG), do TJPA, cujo presidente é o desembargador Otávio Marcelino Maciel, a Ouvidoria do ITERPA participou, na Ouvidoria Agrária do Tribunal de Justiça - TJAM, de dez reuniões mensais, quando pautados assuntos e/ou processos relativos a conflitos agrários envolvendo diretamente o ITERPA.
2. Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo - CNCVC, em Belém, Brasília, Altamira, Anapu, Redenção, Marabá e Santarém, a convite da Ouvidoria Agrária Nacional, desembargador Gercino José da Silva Filho. Nessas reuniões, foram pautados, discutidos assuntos e encaminhados procedimentos relativos a várias imóveis rurais situados dentro do Estado do Pará.
3. Reunião na Ouvidoria Geral do Estado – OGE/PA, atendendo convite do ouvidor geral do Estado, Dr. Ítalo de Almeida Mácola, quando foram discutidos assuntos relativos à sistematização de informações, atuação das ouvidorias e elaboradas diretrizes para atuação das ouvidorias estaduais para a aplicação prática de princípios éticos e democráticos visando o aprimoramento dos serviços prestados.
4. Participação em várias reuniões com membros do Conselho Diretor deste Instituto (Presidente, Assessor Chefe, diretora Jurídica, e diretor da DEAF), objetivando finalizar o planejamento de ações, repasses de informações e/ou atendimento de

pleitos de interesse dos movimentos sociais, comunidades e/ou usuários individuais.

5. Além dessas, foram realizadas também outras reuniões com movimentos sociais com o objetivo de agilizar, informar e tomar providências sobre os tramites de processos relativos à regularização de várias áreas, mediação e/ou solução de conflitos agrários, etc. Essas reuniões envolveram:

1) Lideranças de vários movimentos sociais rurais (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – FETRAF; Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAGRI; Movimento Terra Trabalho e Liberdade – MTL; Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA/MSTU; Liga dos Camponeses Pobres do Pará e Tocantins – LCP; Movimento em Prol da Reforma Agrária do Rio Capim – MPRA; Movimento Social Guerreiros de Deus – MSGD); Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Porto de Moz – MSTTR;

2) Lideranças/representantes dos sindicatos e/ou comunidades de trabalhadores rurais ligados, ou não, às entidades acima mencionadas, de municípios paraenses diversos;

3) Prefeitos, deputados e vereadores, geralmente acompanhados dos ocupantes de áreas com processos tramitando no ITERPA;

4) Representantes do Ministério Público Estadual (MPE)/Promotorias Agrárias e da Defensoria Pública do Estado do Pará;

5) Técnicos/representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, ligados às Superintendências de Belém (INCRA-SR/01) e de Marabá (INCRA-SR/027); e

6) Técnicos/pesquisadores do Imazon - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, para informação sobre o fluxograma de funcionamento da Ouvidoria.

#### **4.3 ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Em cumprimento à Lei Federal n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação) e a um acordo firmado com Ministério Público, a presidência do Instituto de Terras do Pará criou, em 29 de janeiro de 2015, um Grupo de Trabalho com o objetivo de garantir o acesso à informação, em todos os aspectos, aos cidadãos que procuram os serviços do órgão. O grupo foi formado pelo assessor chefe, um procurador autárquico e uma jornalista.

Um dos primeiros passos para viabilizar essa ação, foi reorganizar a Assessoria de Comunicação (Ascom), que ficou responsável por gerenciar as ações de comunicação do Órgão, criando um novo site para autarquia, trabalho que foi executado em parceria com o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará (Prodepa) e Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (Sedap). O novo site ganhou um formato mais moderno (Sistema Mobile) - seguindo as diretrizes da Secretaria Estadual de Comunicação (Secom) - e um conteúdo atualizado das atividades, leis, orientações, banco de dados e outros, além de fortalecer a interação com os usuários dos serviços, por meio de links específicos para a Consulta de Processos, Transparência Pública, Ouvidoria e o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). O portal também trouxe espaço para postagens de fotos, exibição de vídeos, pesquisa e consulta a licitações.



Outro importante trabalho foi o ingresso do Iterpa nas redes sociais, com a criação de páginas do órgão no *Facebook* e no *Twitter*. Tanto no site como nas redes são postadas informações de interesse do cidadão, quer seja por meio de notícias atualizadas ou por meio de *banners* criados para esse fim específico. Em nove meses, mais de 60 mil pessoas visualizaram a *fanpage*, interagindo com o órgão e obtendo respostas às suas demandas.



Também merece destaque o relacionamento do Iterpa com a imprensa, com a Ascom subsidiando os jornalistas/veículos de comunicação com informações de interesse

da sociedade no âmbito das políticas na área da regularização fundiária. Muitas das matérias produzidas foram reproduzidas em jornais, sites, blogs e redes sociais do Estado e do país. Foram mais de 80 matérias e 100 notas que ganharam repercussão nas mais diversas mídias.



Essa Assessoria também se fez presente em reuniões da Secretaria de Estado de Comunicação (Secom) para tratar da política de Comunicação do Estado e, ainda, do Ministério Público do Pará e da Auditoria Geral do Estado para tratar da Lei de Acesso à Informação.

#### 4.4 SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI, responsável por promover o suporte técnico, atualização tecnológica e a manutenção dos sistemas e da infraestrutura de TI do Instituto de Terras do Pará, destaca as principais atividades desenvolvidas durante o ano de 2015, cujo objetivo compreendeu em atender as demandas tecnológicas vigentes.

Quadro XIV: Demonstrativo das ações executadas pelo NTI

1.	Criação e desenvolvimento do novo Web Site.
----	---

2.	Manutenção dos Módulos do sistema Intranet.
3.	Desenvolvimento da tela de tramitação trazendo a Situação do processo e Despacho resumido
4.	Alteração no relatório de Espelho do Processo para buscar os mesmos campos citados acima
5.	Desenvolvimento de uma nova tela no sistema (Processos > Cadastro > "Situação do Processo
6.	Desenvolvimento de uma nova tela no sistema (Processos > Cadastro > "Despacho Padrão").
7.	Tornar obrigatório os campos de despacho e situação do processo.
8.	Otimização do processo de cadastramento de usuários no Sistema (CPF Obrigatório).
9.	Desenvolvimento de Webservice para acesso externo ao Banco de Dados do sistema de tramitação interna do ITERPA, via web.
10.	Exibir alerta "PROCESSO JA EXISTENTE" ao cadastrar processo com o mesmo número;
11.	Aprimoramento do Módulo Financeiro
12.	Desenvolvimento de Relatório (Planilha de Custas VTN)
13.	Criar campo para inserir "Outras deduções" ao emitir um boleto.
14.	Manutenção na tela de cadastro de tipo de custas
15.	Atualizar as "Descrições de Objetos" no Banco de dados
16.	Melhorias da interface do INTRANET
17.	Desenvolvimento de relatório de interesses
18.	Gerar relatórios de processos por municípios.
19.	Liberação da funcionalidade de arquivamento/desarquivamento de processos.
20.	Inclusão da funcionalidade de impressão de capa de qualquer processo, mesmo os apensados.
21.	Adicionar um novo ponto de rede para um novo computador.
22.	Implementação de novas rotinas de backup dos servidores
23.	Manutenção nas impressoras do Iterpa;
24.	Conserto, substituição e manutenção de equipamentos danificados;
25.	Manutenção e configuração do controlador de domínio da Microsoft;
26.	Criação dos usuários para acesso ao sistema do ITERPA;
27.	Gerenciamento dos usuários que tem acesso à rede;

28.	Implementação de novas rotinas de backup dos servidores
29	Gerenciamento e manutenção do servidor de arquivos;
30	Gerenciamento, monitoramento e manutenção do servidor de impressão;
31	Mapeamento e configuração dos equipamentos que tem acesso à INTERNET do ITERPA.
32	Configuração de equipamentos na rede local e acesso a Internet;
33	Gerenciamento dos usuários que tem acesso ao e-mail;
34	Manutenção Preventiva, Limpeza de Vírus, Recuperação de Sistema, Recuperação de Hardware queimado,
35	Formatação, Instalação de Softwares
36	Desenvolvimento do módulo que permite a um usuário acompanhar seus processos de interesse bem como imprimir relatório com as informações sobre esses processos.
37	Selecionar processos de determinado município para gerar relatório em Excel.
38	Aquisição de Nobreak de 10 KVA, para suprir as necessidades do datacenter do ITERPA.

## 5. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

### 5.1. QUADRO DE PESSOAL

A atual estrutura organizacional do ITERPA, como ente responsável pela política agrária do Estado, em tudo quanto se referir às suas terras devolutas, contempla um quadro de pessoal com 192 cargos de provimento efetivo, dos quais apenas 63 estão sendo ocupados, e os demais estão vagos em razão de pedidos de demissão ou de não atendimento à convocação após a realização de concurso público. Além desses cargos, o órgão conta ainda com 145 servidores que ocupam cargos em extinção, compreendendo 84 estáveis e 61 não estáveis, totalizando assim uma força de trabalho constituída de 208 servidores, sendo que 26 servidores estão em processo de aposentadoria e 16 cedidos para outros órgãos.

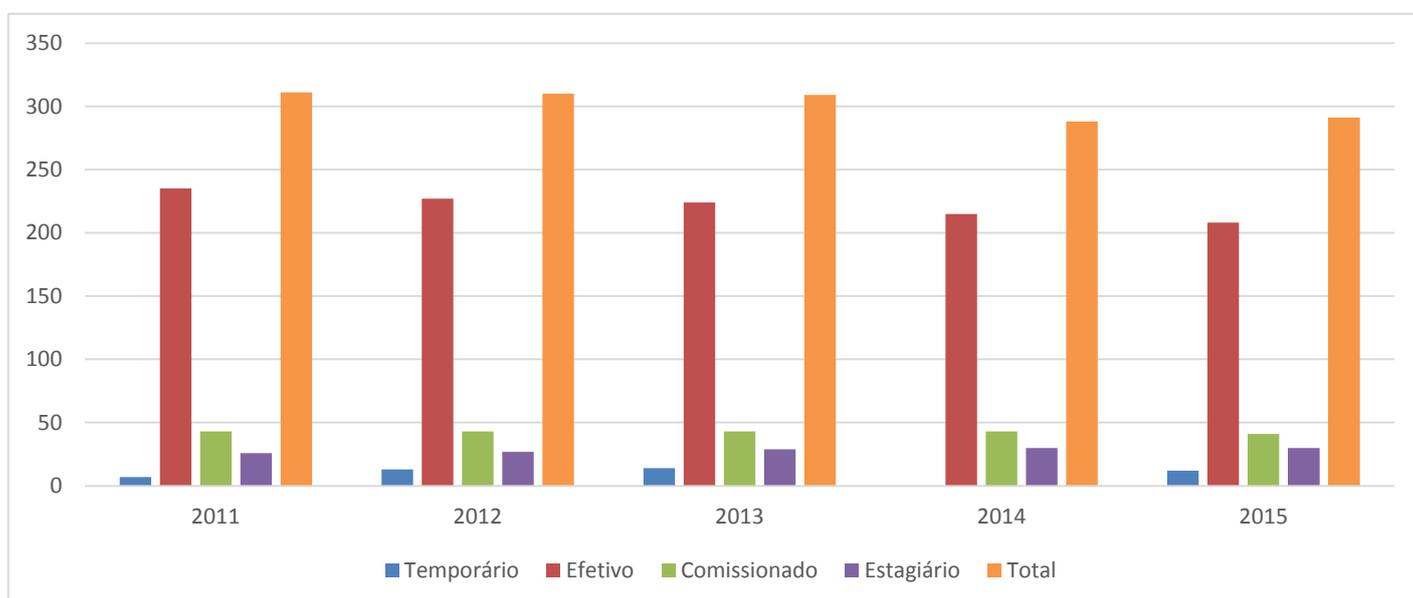
Há também o apoio de mais 12(doze) temporários, 26 (vinte e seis) terceirizados – sendo, segurança (14), limpeza (06) e administrativo (06)), 30 (trinta) estagiários, 17 (dezesete) servidores só comissionados e mais 10 (dez) servidores cedidos de outros órgãos.

No exercício de 2015, foram aposentados 08 (oito) servidores. Tivemos o falecimento de 01 (hum) servidor e de 01 (uma) exoneração.

Tivemos também em períodos alternados: 31 (trinta e um) servidores de Licença Saúde. 63 (sessenta e três) servidores de Licença Prêmio. 02 (dois) servidores de Licença Assistência, 02 (dois) de Licença Gala, 18 (dezoito) estão em processo de aposentadoria e 08(oito) se afastaram aguardando Aposentadoria.

Para o desenvolvimento das atividades do ITERPA, foram concedidos no período de 10 (dez) meses, 24 (vinte e quatro) processos de concessão de suprimento de fundos e no período de 11 (onze) meses, 147 (cento e quarenta e sete) processos com a concessão de diárias.

### **EVOLUÇÃO COMPARATIVA DE 2011 / 2012 / 2013 / 2014/2015**



### **QUANTITATIVO ANUAL DE INGRESSO**

	2011	2012	2013	2014	2015
Temporário	7	13	14	0	12
Efetivo	235	227	224	215	208
Comissionado	43	43	43	43	41
Estagiário	26	27	29	30	30
<b>Total</b>	<b>311</b>	<b>310</b>	<b>309</b>	<b>288</b>	<b>291</b>

Obs: Dos 208 servidores do ITERPA, 18 (dezoito) ocupam cargo Comissionado.

## **5.2. CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**

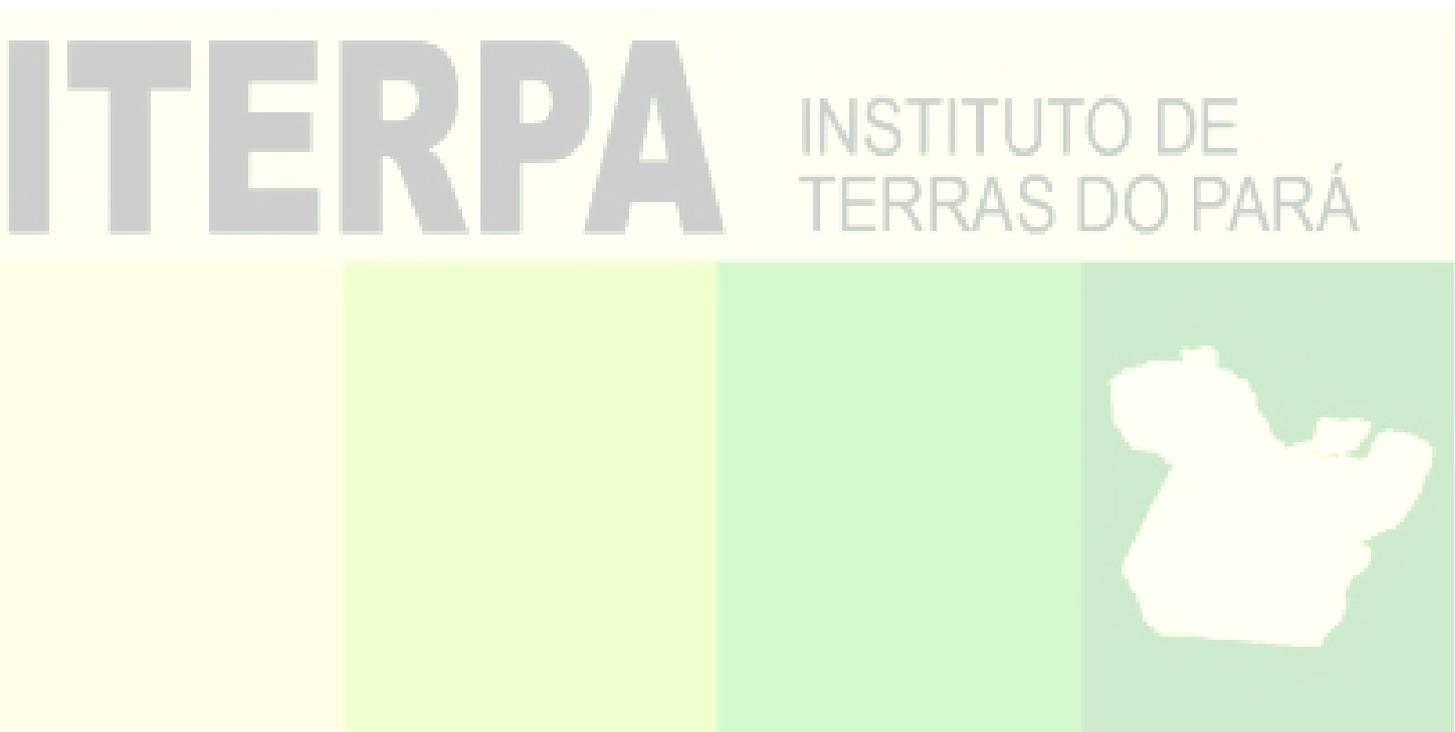
Durante o ano 2015, houve participação de servidores do ITERPA em cursos, seminários e oficinas de capacitação, conforme detalhado no quadro abaixo:

NOME DO EVENTO	PARTICIPANTE	PERÍODO	LOCAL	ENTIDADE PROMOTORA
Curso de SISPAT IMÓVEIS	1	01/12 a 04/12/15	Belém	EGPA
Curso de SISPAT WEB	2	05 a 09/10/15		
CURSO DE ArcGIS ONLINE	1	07/05/2015	São Paulo	MUNDO GEO CONNECT LATIN AMERICANA 2015
SEMINÁRIO BIG DATA E INTELIGÊNCIA GEOGRÁFICA	1	06/05/2015	São Paulo	MUNDO GEO CONNECT LATIN AMERICANA 2015
SEMINÁRIO GEORREFERENCIAMENTO & CADASTRO RURAL	1	06/05/2015	São Paulo	MUNDO GEO CONNECT LATIN AMERICANA 2015
SEMINÁRIO SIRGAS2000: Adoção definitiva no Brasil	1	07/05/2015	São Paulo	MUNDO GEO CONNECT LATIN AMERICANA 2015
CONFERÊNCIA E FEIRA DE GEOMÁTICA E SOLUÇÕES ESPACIAIS	7	05 A 07/05/2015	São Paulo	MUNDO GEO CONNECT LATIN AMERICANA 2015
CURSO GOOGLE EART PRO, USOS E LIMITES	3	06/05/2015	São Paulo	MUNDO GEO CONNECT LATIN AMERICANA 2015
CURSO DE CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR)	3	07/05/2015	São Paulo	MUNDO GEO CONNECT LATIN AMERICANA 2015
SEMINÁRIO SENSORES E SERVIÇOS DE OBSERVAÇÃO DA TERRA	1	07/05/2015	São Paulo	MUNDO GEO CONNECT LATIN AMERICANA 2015
SEMINÁRIO PRODUÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE DADOS GEOESPACIAIS PARA A SOCIEDADE BRASILEIRA	1	06/05/2015	São Paulo	MUNDO GEO CONNECT LATIN AMERICANA 2015
Atualização e prática do Novo Código do Processo Civil	07	14/03/2015	Belém	IMADEC – Instituto Maranhense de Defesa do Consumidor e Ensino Jurídico
Licitações públicas e Contratos Administrativos	03	junho	Belém	EGPA
IX Encontro da Rede Latino Americana de Antropologia Jurídica. “Diversidade e Desenvolvimento: Empreendimentos Econômicos em Colisão com Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais”	01	24 a 26/06/2015	Imperatriz - MA	Maristela de Paula Andrade
Licitações baseada na Lei Comp. 123	03	05 a 07/08/2015	Bel	Treide Apoio Empresarial LTDA
Orçamento Público: Planejamento, Execução e Controle	01			Treide Apoio Empresarial LTDA
CURSO DE CONSTRUINDO GEODATABASE-ACADEMIS GIS	3	29/09 a 03/10/2015	São Paulo	ESRI Oficial Distribuidor
Atualização de chaves de software de Topoevn com capacitação de servidores	21	10 e 13/11/2015	Belém	Métrica Tecnologia

DAF/GGP-Gerência de Gestão de Pessoal

### 5.3. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Durante o ano de 2015, foram ofertadas e preenchidas 30 vagas para estudantes da Rede Estadual de Ensino Médio do Estado do Pará e de Ensino Superior com Universidades/Faculdades conveniadas com o estado, tendo duração de 01(hum) ano de estágio curricular.



## II PARTE

## 6. RECEITAS E DESPESAS

### 6.1 CUSTEIO – RECEITA – INVESTIMENTO

Durante o exercício de 2015, o ITERPA desenvolveu ações com recursos financeiros próprios do ITERPA oriundos de valores financeiros correspondentes a pagamentos dos interessados em receber títulos através de regularização onerosa.

Programa	Ação	Tesouro*	Próprios**
Gestão Ambiental e Territorial	Arrecadação e Matrículas de Terras Devolutas	R\$0,00	R\$23.617,80
	Regularização dos Aforamentos Estaduais	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Regularização de áreas Rurais	R\$ 0,00	R\$ 452.071,20
	Regularização em Projetos de Assentamentos Estaduais	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Regularização de Áreas Patrimoniais dos Municípios	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Municípios Verdes	Ações de Regularização Fundiária	R\$ 0,00	R\$ 263.947,58
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 739.636,58</b>

DAF/ GPO- Gerência de Programação Orçamentária

#### Recursos do Tesouro Estadual

1. O orçamento aprovado para o exercício de 2015 foi de R\$15.023.340,00, sendo repassado R\$14.987.728,98, o equivalente a 99,76% do total aprovado, conforme distribuição abaixo:

- R\$12.331.059,81, para atender despesas com pessoal;
- R\$ 1.153.737,21, para o custeio da folha (auxílio alimentação, transporte, funeral, natalidade e outros benefícios);

- R\$ 1.502.931,96, para atender despesas de custeio (manutenção do órgão), como contratos diversos, aquisições de materiais e serviços.

## 6.2. RECURSOS DA ARRECADAÇÃO PRÓPRIA

A receita prevista e aprovada no Orçamento Geral do Estado (OGE) 2015 foi de R\$ 8.028.339,00, sendo que o total arrecadado no exercício foi o montante de R\$ 10.062.454,97, o equivalente a 125,34% da receita prevista e aplicado da seguinte forma:

### A. Ações finalísticas;

- Custeio (diárias, suprimento de fundos, contratos de manutenção de veículos) – R\$ 739.636,58
- Investimento – R\$ 0,00

### B. Ações Administrativas;

- Custeio (contratos de serviços) – R\$1.186.780,70
- Investimento – R\$10.589,90

Superávit do exercício/ 2015:

- Conta Aplicação – R\$16.812.047,30

7 – Segue abaixo os demonstrativos contábeis do exercício 2015.

# INSTITUTO DE TERRAS DO PARA

## BALANCO PATRIMONIAL 2015

ATIVO	
ATIVO	
ATIVO CIRCULANTE	20.484.607,31
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	18.951.354,62
CONTA UNICA	36.222,03
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	431,02
APLICACOES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	18.914.701,57
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	23.172,00
ADIANTAM.CONCEDIDOS PESSOAL E A TERCEIROS	22.384,50
CREDITOS POR DANOS AO PATRIMONIO	787,50
INVESTIMENTOS E APLIC.TEMPORARIAS A C.PRAZO	1.022.508,52
TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	1.022.508,52
ESTOQUES	487.572,17
ATIVO NAO CIRCULANTE	11.171.262,42
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE CUSTO	16.444,65
IMOBILIZADO	11.154.817,77
BENS MOVEIS	9.884.872,33
BENS IMOVEIS	1.269.945,44

**INSTITUTO DE TERRAS DO PARA**  
**PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO**

PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	31.655.869,73
PASSIVO CIRCULANTE	149.160,59
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	7.816,66
FORNEC.E CONTAS A PAGAR	7.816,66
FORNEC.E CONTAS A PAGAR DO EXERCICIO	7.816,66
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	141.343,93
VALORES RESTITUIVEIS	141.343,93
CONSIGNACOES	716,65
DEPOSITOS NAO JUDICIAIS	140.627,28
PATRIMONIO LIQUIDO	31.506.709,14
PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	23.377.558,34
PATRIMONIO SOCIAL	23.377.558,34
RESULTADOS ACUMULADOS	8.129.150,80
SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS	8.129.150,80
SUPERAVITS/DEFICITS DO EXERCICIO	8.129.150,80

## INSTITUTO DE TERRAS DO PARA

### PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO

PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	31.655.869,73
PASSIVO CIRCULANTE	149.160,59
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	7.816,66
FORNEC.E CONTAS A PAGAR	7.816,66
FORNEC.E CONTAS A PAGAR DO EXERCICIO	7.816,66
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	141.343,93
VALORES RESTITUIVEIS	141.343,93
CONSIGNACOES	716,65
DEPOSITOS NAO JUDICIAIS	140.627,28
PATRIMONIO LIQUIDO	31.506.709,14
PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	23.377.558,34
PATRIMONIO SOCIAL	23.377.558,34
RESULTADOS ACUMULADOS	8.129.150,80
SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS	8.129.150,80
SUPERAVITS/DEFICITS DO EXERCICIO	8.129.150,80

## INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ

### BALANÇO-FINANCEIRO 2015

INGRESSOS (V)=(I+II+III+IV)	54.006.568,58
RECEITA ORÇAMENTARIA (I)	10.062.454,97
RECEITA ORÇAMENTARIA ARRECADADA TOTAL LIQUIDA	10.062.454,97
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	15.046.571,03
TRANSF.RECEBIDAS P/EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	15.046.571,03
REPASSE RECEBIDO	2.465.266,55
VALORES DIFERIDOS	12.581.304,48
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTARIOS (III)	18.076.920,62
CONSIGNAÇÕES	4.381.537,76
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	16.234,35
RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO-INSCRIÇÃO	7.816,66
RECURSOS FINANCEIROS DIFERIDOS	13.457.167,32
OUTROS CRED.A RECEBER E VALORES A C.PRAZO	160.426,09
VALORES EM TRANSITO REALIZÁVEIS A C.PRAZO	46.055,62
GANHOS COM A DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	7.682,82
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR (IV)	10.820.621,96
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	10.820.621,96

## INSTITUTO DE TERRAS DO PARA

DISPENDIO (X)=(VI+VII+VIII+IX)

DISPENDIO (X)=(VI+VII+VIII+IX)	54.006.568,58
DESPESA ORCAMENTARIA (VI)	16.999.410,69
DESPESA ORCAMENTARIA EMPENH. LIQUID. PAGA	16.999.410,69
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	178,52
TRANSF.CONCED.INDEP.EXECUCAO ORCAMENTARIA	178,52
PAGAMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS (VIII)	18.055.624,75
CONSIGNACOES	4.381.931,76
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.684,43
RESTOS A PAGAR DE EXEC.ANTER.-BAIXA	8.359,53
RECURSOS FINANCANCEIROS DIFERIDOS	13.457.167,32
OUTROS CRED.A RECEBER E VALORES A C.PRAZO	160.426,09
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS A C.PRAZO	46.055,62
SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE (IX)	18.951.354,62
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	18.951.354,62

# INSTITUTO DE TERRAS DO PARA

## BALANCO-VARIACAO PATRIMONIAL 2015

VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	25.116.408,82
EXPLORACAO E VENDA DE BENS,SERVIÇO E DIREITOS	8.491.142,15
EXPLORACAO DE BENS E DIR.E PREST.DE SERVICOS	8.491.142,15
VARIAC.PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	1.550.175,15
REMUNERACAO DE DEP.BANC.E APLICAC.FINANCEIRAS	1.550.175,15
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	15.046.571,03
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	15.046.571,03
VALOR.E GANHOS C/ATIVOS E DESINCORP.PASSIVOS	7.682,82
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	7.682,82
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	20.837,67
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	20.837,67
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	16.987.258,02
PESSOAL E ENCARGOS	13.143.851,05
REMUNERACAO A PESSOAL	12.171.484,76
REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL-RPPS	11.871.598,71